

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Requerimento Nº ____/2003

(do Dep. Leonardo Mattos)

Requer à Presidência da CREDN que sugira à Mesa Diretora da Câmara de Deputados oitiva obrigatória da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias quando da apreciação de atos jurídicos como Convênios, Tratados e Projetos multilaterais, que impliquem participação do Brasil em estudos e usos de energia nuclear.

Requer ainda a realização de Audiência Pública sobre as tendências internacionais na produção e no uso de energia renovável.

Senhora Presidenta,

Nos termos do art. 24, Incisos III e VII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho requerer de V.Exa. estudar a possibilidade de sugerir à Mesa Diretora da Câmara a promoção obrigatória de oitiva da COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS, quando da apreciação, pela Câmara dos Deputados, de atos jurídicos como Convênios, Tratados e Projetos multilaterais, que impliquem participação do Brasil em estudos e usos de energia nuclear.

Sem prejuízo dos Pareceres de outras Comissões implicadas nos Projetos específicos, entendo que a discussão neste adequado foro da CDCMAM nunca será demais, considerada a importância e a gravidade que a questão da energia nuclear, em si mesma, comporta.

Requeiro, ademais, que a CREDN promova a realização de Audiência Pública sobre as tendências internacionais na produção e no uso de energia renovável, tendo em vista subsidiar a tomada de decisões sobre esse tema em nosso país. Afinal, somos um dos maiores países tropicais do planeta e temos, em abundância, recursos naturais como o sol, os ventos e a água, cujo uso sustentável, para geração de energia limpa e para outros fins, já poderia estar muito mais avançado do que está.

Justificativa

Reporto-me, de início, ao seguinte marco institucional, em que os requerimentos precedentes se inserem:

1. Proposição de referência: Mensagem Nº 16 de 2003 - [MSC-16/2003](#) , que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, para o Desenvolvimento das Utilizações Pacíficas da Energia Nuclear, celebrado em 25 de outubro de 2002, em Paris.

Esta Proposição sujeitar-se-á à apreciação do Plenário, em regime de prioridade. Encontra-se na CME desde 8.05.03.

Resumo do trâmite do Projeto:

Em 21/1/2003, a Mensagem foi apresentada pelo Poder Executivo ao Plenário da Câmara dos Deputados. Em 31.1.2003, foi despachada, pela Mesa Diretora à CREDN, à CME, à CCTCI e CCJR, conforme artigo 54 do RI; é encaminhada à CCP, na mesma data. Recebida pela CCP em 4.2.03, é enviada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 6.2.2003, com publicação inicial no DCD de 20.02.03. O relator da matéria foi designado pela CREDN, em 12.3.03, o qual apresentou Parecer pela Aprovação à CREDN em 10.4.03. O Parecer foi aprovado na Reunião Ordinária de 7.5.03. Em 8/5/2003 a CREDN encaminha a Proposição à Comissão de Minas e Energia, dando seqüência à decisão da Mesa Diretora.

2. A Agência Câmara, em 22 de maio último, informou que

"A Comissão de Minas e Energia aprovou ontem(21/5/03) Projeto de Decreto Legislativo 39/03, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que ratifica o acordo de cooperação com o Chile, para o uso pacífico da energia nuclear. O relator, deputado Luiz Carlos Santos (PFL-SP), ofereceu parecer favorável. Sujeito à apreciação do Plenário, o projeto segue para as Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Constituição e Justiça e de Redação."

3. Em seguida, vamos à **questão**:

O Relator Deputado Pastor Pedro Ribeiro ressaltou muito apropriadamente, em seu Parecer, favorável à aprovação da MSC nº 16/2003, que as atividades nucleares no Brasil têm caráter exclusivamente pacífico e que as ações recobertas pelo Acordo Brasil-França, em tela, não se afastarão desse princípio. Tese análoga defendeu também o Deputado Nilson Mourão, quando teve aprovado, pela CREDN, seu parecer favorável ao acordo de cooperação do Brasil com o Chile, para o uso pacífico da energia nuclear, objeto do PDL nº39/2003. O Deputado Luiz Carlos Santos, da Comissão de Minas e Energia, para onde este último Projeto foi encaminhado, pronunciou-se também pela aprovação da matéria, assim se manifestando em trecho de seu Parecer:

"S. Ex^a.(o Dep. Nilson Mourão), através de alentado Parecer, muito oportunamente registra que nosso País já celebrou acordos similares com inúmeras nações, dentre as quais destacou catorze, situadas nos mais variados continentes (...)"

Pois bem, Senhora Presidenta: sabemos que a questão da produção e dos usos da energia nuclear, em nosso meio, suscita considerável divergência de opinião. É fato que não estamos mais num tempo de oposição radical ao uso desse tipo de energia. A história mundial evoluiu e com ela, a

ciência, a tecnologia e também os posicionamentos sociais sobre as diversas formas de produção de energia e sua utilização.

Para ilustrar esta evolução, e desde um ponto de vista prospectivo, o *Worldwatch Institute* - WWI, respeitável ONG ambiental, mostra, no quadro a seguir, as tendências mundiais de consumo de energia:

Tendências Globais no Consumo de Energia - 1990-2000

Fonte	Taxa Média de Crescimento Anual *
	%
Eólica	25,1
Solar fotovoltaica	20,1
Gás Natural	1,6
Petróleo	1,2
Nuclear	0,6
Carvão	-1,0

* Baseada na capacidade instalada de energia eólica e nuclear, remessas para energia solar e consumo de gás natural, petróleo e carvão.

As pesquisas do WWI apontam que a energia eólica é a fonte energética mundial que mais cresce, registrando taxa anual de crescimento de 27 %, sendo mais barata do que a geração de energia por gás e carvão.

A propósito, segundo a Folha *On Line*, a indústria de energia eólica move atualmente 7 bilhões de euros na Europa, cifra que pode crescer para €75 bilhões até 2020. Este dado faz parte de um relatório da ONG *Greenpeace*, em parceria com a Associação Europeia de Energia Eólica - EWEA. "A Europa não é rica em petróleo, carvão ou gás, mas nós temos enormes fontes de vento e as empresas europeias são líderes mundiais na conversão de vento em energia", disse recentemente à Imprensa Corin Millais, da Ewea. Segundo ele, 1.231 *gigawatts* de energia eólica podem ser gerados até 2020 - 12% de toda a eletricidade gerada no mundo - ,

criando 1,79 milhões de empregos, reduzindo 40% no custo da eletricidade e economizando, cumulativamente, 10,9 milhões de toneladas de CO₂.

Conforme a mesma fonte, no final de 2002, as áreas de geração de energia eólica instaladas em todo o mundo alcançaram 32 mil *megawatts*, o que seria suficiente para fornecer energia para os 40 milhões de europeus. A capacidade eólica total instalada cresceu 33% nos países da União Européia, alcançando 23.056 *megawatts* em dezembro de 2002. A produção de eletricidade, a partir disso, equivale à queima de 20 bilhões de toneladas de carvão em uma usina convencional de geração de energia.

O consumo de energia solar também está crescendo, particularmente no Japão e Alemanha, cujas políticas de energia renovável são bem mais eficazes do que nos Estados Unidos, onde a política de energia renovável mais forte, em nível estadual, é registrada no Texas. O WWI mostra também que as gigantes usinas modernas, tanto nucleares quanto a carvão, não estão conseguindo fornecer a eletricidade confiável, de alta qualidade, necessária para mover a nova economia digital.

Seth Dunn, pesquisador do WWI, afirma, por exemplo, que a expansão do uso da energia eólica, solar e de células de combustível alimentadas a hidrogênio, poderá ajudar a reduzir as emissões globais de dióxido de carbono, um terço das quais provêm da geração de eletricidade. Ele afirma que, nos Estados Unidos, a adoção generalizada da micro-energia poderá reduzir à metade as emissões de dióxido de carbono das usinas norte-americanas e que nos países em desenvolvimento, a energia em pequena escala poderá diminuir as emissões de carbono em 42%, em comparação com os demais grandes sistemas geradores.

Assim, e à luz dos dados precedentes, que demonstram inequivocamente as tendências atuais da busca de fontes de energia renováveis no mundo, penso que um máximo de transparência e de esclarecimento, entre nós, são recomendáveis, quando se tratar de matéria que implique a energia nuclear. São as atitudes necessárias, se o objetivo for a construção de confiança social e de maior consciência sobre as aplicações desse tipo de energia, que, entre outros, presta-se aos usos tradicionais - na cura de doenças, por exemplo -, mas que também serve à

irradiação de alimentos. Caso contrário, poderá permanecer a desconfiança. Favorecer o acesso ao conhecimento e informação, incentivar o debate e a participação inclusive dos municípios, por intermédio de suas secretarias de meio ambiente e de saúde, e dos conselhos municipais de meio ambiente, pode facilitar a prescrição de ações preventivas e corretivas apropriadas. Discutir a necessidade de articulação dos processos jurídicos e legais entre a área nuclear e a ambiental, e de coordenação entre os procedimentos para licenciamento e fiscalização de atividades, o transporte e a disposição final de produtos radioativos, é também mandatório, quanto mais não seja por nos recordamos dos acidentes nucleares de funestas conseqüências como o de Chernobil ou mesmo o do Césio 127, em nosso país.

Portanto, submeto à esclarecida consideração de V.S., a proposta de sugerir à Egrégia Mesa Diretora desta Casa que **promova necessariamente a oitiva conjunta da COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS**, neste e em todos os casos similares de tratados ou projetos internacionais com participação do Brasil em atividades que envolvam estudos e usos da energia nuclear.

Finalmente, e com base nos dados supracitados, proponho também que a **CREDN promova a realização de Audiência Pública sobre as tendências internacionais na produção e no uso de energia renovável**, tendo em vista subsidiar a tomada de decisões sobre essa crucial questão. Afinal, somos um dos maiores países tropicais do planeta, o que significa que temos, em abundância, recursos naturais como o sol, os ventos e a água, cujo uso sustentável, para geração de energia limpa e para outros fins, já poderia estar muito mais avançado do que está. A triste realidade do Apagão, no ano passado, apenas evidenciou uma das conseqüências desse atraso.

Sala da Comissão, em de junho de 2003.

Dep. Leonardo Mattos – PV/MG.